



A memória como permanência nas identidades do caipira paulista - alguns apontamentos

The memory as permanence of identities of the Paulista countryman - some notes

Carla Julião da Silva

Licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela UNESP- campus de Marília (SP). Mestranda na área de Sociologia pela linha de pesquisa em Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

E-mail:

maysalima_sza@hotmail.com

Resumo

Este artigo é o resultado das pesquisas de campo do trabalho de mestrado realizado durante os anos de 2018 e 2019, que buscou observar como os moradores da região rural do distrito de Frutal do Campo (SP) lidam com a questão da identidade caipira e como se vinculam ao campo. Tal pesquisa foi realizada com objetivo de colocar em discussão a questão da condição rural neste período em que a região se acha majoritariamente rural em tempos de hegemonia urbana no Brasil. Buscamos na literatura elementos para compreender as mudanças que ocorreram e ocorrem no campo, no que diz respeito à industrialização e urbanização no meio rural e como estes elementos naturalizaram algumas significações para o homem do campo no decorrer da história brasileira, em questão aqui o Estado de São Paulo. Sob este pano de fundo tentamos compreender as transformações no campo, o que permaneceu e o que vem mudando tanto no que diz respeito à permanência da memória e a construção de uma identidade caipira no imaginário paulista.

Palavras-chave: campo/cidade, representatividade do homem rural, caipira.

Abstract

This article is the result of the field research of the masters work titled is years 2018 and 2019, that sought to observe how the residents of the rural region of the district of Frutal do Campo (SP) deal with the issue of caipira identity and how they are linked to the field. This research was carried out with the objective of putting in discussion the question of the rural condition in this period in which the region is mostly rural in times of urban hegemony in Brazil. We searched in the literature for elements to understand the changes that occurred and occur in the field, with regard to industrialization and urbanization in rural areas and how these elements naturalized some meanings for the man of the field during the Brazilian history, in question here the State of Sao Paulo. Against this background we try to understand the transformations in the field, what has remained and what has been changing both with regard to the permanence of memory and the construction of a caipira identity in the São Paulo imaginary.

Keywords: field / city, representativeness of rural man, caipira.

Introdução

As considerações que serão feitas neste artigo sobre memória e identidade percorrem caminhos ligados às três grandes áreas das Ciências Sociais, a escolha deste tema buscou reconhecer na história (tanto pelas fontes originárias quanto na literatura) e na memória traços identitários sobre o morador do campo no Estado de São Paulo. Tais elementos ofereceram bases para delinear uma análise de como a memória individual, coletiva ou da literatura influenciaram na formação e na representação de uma imaginável identidade caipira do paulista. Assim, com os elementos apreendidos durante o trabalho de campo realizado no período entre 2018 e 2019, possibilitaram algumas reflexões sobre a permanência dos moradores no meio rural paulista e o que a memória ainda pode apontar como identidade destes moradores.

Deste modo, é preciso recorrer à história, mesmo que estas transformações sociais sejam aceleradas em nossa contemporaneidade, tais mudanças são resultados de significados que se constituiu em determinados períodos e temporalidades. Para nossas análises faremos observações acerca do tal fenômeno sociocultural que sofreu e sofre ainda mudanças em suas representações e construções de identidades, o caipira. Nas observações do trabalho de campo constituiu caminhos, juntamente com a literatura, para compreender os movimentos históricos que causaram e causam inúmeras interpretações, como a identidade e a memória.

A metodologia utilizada, tanto para a pesquisa de campo quanto para o presente artigo, perpassa pela História Oral, que permite uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado, garantindo o sentido social à vida dos entrevistados e a sua compreensão diante do contexto que vivem. A presença do passado no presente permite que a história permaneça viva, os indivíduos possuem autonomia de procedimento no que diz respeito a fatores pessoais, biológicos e influências do meio e expressam de maneira original as experiências vividas construindo assim sua identidade (MEIHY, 2002, p.68).

A identidade do caipira paulista socialmente construída

No período de ocupação do território paulista com a empreitada de encontrar terras produtivas para o plantio de café - juntamente com os trilhos de ferro - foi crucial para adentrar e avançar sobre o centro oeste do estado de São Paulo. Tal avanço culminou em apropriações e expropriações indevidas que nem sempre chegavam aos olhos da justiça, em vários casos, terras onde antes, e depois do café, eram de posse dos donos das fazendas e aos poucos, foi sendo concedido ao camponês pobre um pedaço de terra para a produção de alimentos para o sustento da família.

Medidas políticas tomadas a partir de 1850, tais como: “Lei Eusébio de Queiroz”, criada para solucionar o problema da falta de mão-de-obra escrava e garantir o comércio interprovincial, trouxe também outro questionamento e outra lei “Lei de Terras” (1850), que passa a reorganizar a política ao acesso à terra estimulando a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café buscando interesses lucrativos se renovavam e ganhava um novo sentido para a posse de terras.¹ Aquele pedaço de terra que foi cedido para o camponês pobre agora poderia apresentar lucros para o mercado agrícola, assim o lavrador “dono”, “posseiro” ou “agregado” era expulso, empurrado para outro lugar sendo submetido a reconstruir sua vida em outro lugar. Esta prática se tornou interminável dentro das fronteiras do estado paulista, segundo Carlos Brandão, muitos tiveram suas terras usurpadas por grandes proprietários que chegavam com títulos nas mãos sendo forçados a vender suas terras, alguns migraram para outros lugares, outros foram absorvidos pelas fazendas como trabalhadores diretos, parceiros, sendo permitido em alguns locais ter uma “roça de comida”. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras colocava o camponês (e ainda coloca) em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil (BRANDÃO, 1983).

¹Com a extinção do tráfico de escravos, num momento em que as tradicionais lavouras nordestinas encontravam-se em crise, o governo passou a estimular a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas plantações, ao mesmo tempo em que reorganizou a política de acesso à terra, com a chamada Lei de Terras, de 1850. Mas a extinção da escravidão no Brasil, apesar de continuar sofrendo críticas e oposições, ainda seria postergada através de medidas graduais de manumissão, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários, até a promulgação da Lei Áurea, em 1888.

A construção de uma identidade torna-se uma tarefa minuciosa, identificar no homem rural algo que o representasse passou por explicações de traços do “baixo povo rural” pelo olhar da “nobreza rural” como lembrar Carlos Brandão (1983, p. 7). Com a perspectiva do avanço do capital no Brasil, a passagem do século XIX para o XX introduziu um novo olhar dos intelectuais na construção de uma identidade brasileira. Foram produzidas múltiplas representações da população, buscando conferir uma identidade nacional que romperia com o passado de dependência, de tal modo, a dicotomia campo/cidade foi um dos temas centrais que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica. É neste momento que o Brasil e seu povo ocuparam lugar central nos debates intelectuais na passagem do século XIX para o XX, momento de busca da constituição das especificidades da nação em formação. A procura por:

Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades [...]. A literatura nacional preocupou-se em construir símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições do país; preocupação que perpassou as produções do gênero desde a independência. Essa inquietação revelou-se tanto no sertanismo romântico quanto no regionalismo do período realista-naturalista (PARRILLA, 2006).

O campo tinha papel fundamental neste cenário, os caipiras passaram a ser componente das discussões sendo representado fartamente na literatura paulista do período impulsionada por escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1957), que deram ao homem do interior paulista representações diversificadas. O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas de adjetivar o homem do campo, as ideias oficializadas na literatura tomaram força até chegar aos dicionários. A palavra então se tornou sinônimo de: “Jeca; Matuto; Saquarema. Pessoa nascida ou (que) vive em regiões rurais no interior do estado de São Paulo; tem modos simples e pouca instrução; indivíduo pouco sociável, sem traquejo no convívio social.” (AULETE, 2011, p. 260). Ou: “Habitante do campo ou da roça, em geral de pouca instrução e de modos canhestros, jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiá, tabaréu” (AURÉLIO, 1993, p. 91). É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “Jeca” já estão inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para

a vida urbana. Para o morador do campo a sua representação conseqüentemente, estará relacionada a “uma pessoa simples e pouca instrução” e, mesmo que tenha outros saberes, sua cultura acaba perdendo sentido diante das obrigações da vida citadina.

Monteiro Lobato, nas primeiras décadas do Século XX, criaria a representação caricatural do caipira em São Paulo. Nos textos “Cidades Mortas” (1906), “Velha Praga” (1914) e “Urupês” (1914), inauguram a crítica sobre interpretação da realidade em oposição às correntes literárias da época (romantismo), a preocupação não está relacionada a uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo² como responsável pelo atraso nacional. Práticas irracionais deste sujeito de “pouca instrução” o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora Luciana Meire da Silva na tese: “O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930” (2013).

Nota-se que a rusticidade do viver do caipira não escapou da criação de uma representação negativa, a crítica de forma caricatural o homem pobre rural deu vida ao personagem Jeca Tatu por Monteiro Lobato que expressa seu entendimento sobre o caboclo, utilizando-se de estereótipos pejorativos, evidenciando a construção de uma figura desqualificada, destruidor da natureza junto com sua mulher e seus filhos, preguiçoso para promover qualquer melhoria no seu modo de vida, seriam elementos que limitavam o progresso da nação, sendo associado como um “fungo da terra”. Tal forma exótica e minimizada e excluída do morador da área rural tornou o personagem Jeca Tatu um dos sucessos do autor perante seu público leitor, como lembra Luciana M. Silva (2013),

[...] criou uma identidade para este sujeito ausente de conceito na sociedade brasileira, e esta categoria até aqui inominada passa a ser vista, percebida, discutida e entendida no contexto da economia nacional. Essa identidade do caboclo criada por Lobato, na forma de caricatura, atendia a busca de uma parcela do país para pensar a si mesma. De um lado uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais afirmavam: éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Monteiro Lobato cria um nome para este sujeito e o seu conceito unifica os vários significados e essas ideias foram de ampla aceitação, divulgação e circulação em todo o país (SILVA, 2013, p.14).

² Monteiro Lobato não via saída para o atraso e a decadência da vida do caboclo. No entanto, não trazem para o debate assuntos associados à economia e sociedade, escrevendo em contraposição aos românticos, valoriza o imigrante, particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Para Lobato, segundo a autora, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional (SILVA, 2013).

Torna-se ínfimo se a narrativa criada em torno do personagem Jeca Tatu são de fato “verdadeiros” ou não, a narrativa oferece uma ponte entre o sentimental e o afetivo que garante certa estabilidade para a identidade nacional, sem esta ponte a identidade não teria tanta eficácia, segundo Silva (2003), a diferença e a identidade tendem a serem naturalizados, cristalizadas ou essencializadas. Assim, a identidade é o ponto que define a diferença e estas duas partilham de características que resultam de atos na criação linguística que não possui valor nenhum no isolamento. A linguagem é um sistema de diferenças que se constitui no contexto de relações culturais e sociais estando sujeita a relações de poder hierarquizadas e em constante disputa (SILVA, 2003).

A definição de identidade e diferença se tornou objeto de disputa entre grupos sociais que relativamente estão no poder. A diferenciação é o processo central para a construção da identidade e que, conseqüentemente, a diferença é produzida. Segundo o autor:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2003, p. 81).

Diante desta é possível observar que a criação do personagem Jeca Tatu passou pelo poder da definição das relações sociais a partir da diferença entre campo e cidade. A identidade e a diferença se traduzem em declarações de quem pertence e quem não pertence, sendo assim, uma separação entre “nós” e “eles” e estão estreitamente ligadas as formas de classificação que a sociedade produz (SILVA, 2003).

A herança atrasada do personagem nacional Jeca Tatu modifica-se em 1918, a identidade do personagem reconfigura na visão sobre o caboclo no artigo “Jeca Tatu- A Ressurreição” de Monteiro Lobato, o conceito sobre o caboclo, não mais com um preguiçoso e parasita da nação, agora como um indivíduo doente. A importância e a transformação deste personagem acompanharam a trajetória dos debates

intelectuais de seu tempo. Tais mudanças ocorreram pelo fato do autor ter uma relação próxima com intelectuais da época e a discussão que aumentava sobre saneamento básico no país (SILVA, 2013).

É possível observar um processo de “normalização” do processo que se deu o personagem, “ele não é assim, está assim”, como lembra Luciana Meire da Silva, o desânimo caricatural do homem do campo careceria de intervenções dos conhecimentos científicos e técnicos de saúde. Assim, a figura do médico, o rompimento de seus discursos com as teses de herança racial, por tanto, a reconciliação do criador e do personagem fixa-se no discurso de que somente a ciência, a informação e o conhecimento como esclarecimento obtinham da função para recuperá-lo (SILVA, 2013, p. 95 e 96)

Uma identidade específica, como o parâmetro em relação, aos quais, outras identidades são avaliadas e hierarquizadas, tal como ocorre com a linguagem, a sua função seria de fixação, porém, uma tendência que não se torna possível (SILVA, 2003). Buscando o dialogo Silva (2003) e o personagem criado por Monteiro Lobato oferece reflexões sobre o processo de normalização de uma identidade específica, com um parâmetro de outras identidades, os avaliando em escalas hierárquicas, tentar atribuir características positivas o tornaria desejável, portanto, ela seria a identidade e não mais vista como uma identidade (SILVA, 2003).

A construção do personagem Jeca Tatuzinho, também criado por Monteiro Lobato, nos remete as reflexões citadas anteriormente Silva (2003), a reconfiguração de uma identidade personificada em Jeca Tatu agora concretizada para a identidade nacional do homem pobre rural brasileiro. O personagem Jeca Tatuzinho foi divulgado em panfletos distribuídos em todo território nacional apostando na possibilidade de tal campanha informasse e orientasse crianças e adultos sobre noções de higiene e saneamento básico defendendo a tese que a ciência seria o meio de curar os males sociais, como lembra Aline Franciele Parrilla, na dissertação de mestrado “Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: A representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)” (2006).

Chico Bento, outro personagem brasileiro criado por Maurício de Sousa, com exemplares publicados a partir dos anos 1960 e 1970 como histórias em quadrinhos,

ganha o papel de representar o homem do campo usando da sua linguagem o caipirês juntamente com cenário do campo, moradia, utensílios rústicos, animais e uma vila. A ingenuidade, a imagem de uma pessoa bondosa, obediente e defensor da natureza, construindo uma identidade normal e “natural” do homem do campo, nem se quer é vista como “uma identidade”, mas, simplesmente como “a identidade” rural, na história, somente Chico Bento frequenta a escola, mesmo assim, a utilização incorreta da língua portuguesa é a principal característica do personagem.

Além dos escritos literários, o cinema e as telenovelas também trataram (e tratam) o assunto por outras perspectivas, tanto pelo âmbito da vida rural quanto na tradição oral. No cinema, a figura do caipira ganhou destaque com Mazzaropi, que eternizou o modo de vida do Jeca Tatu em vários filmes. A *Marvada Carne*, filme que também retrata a representatividade caipira seguindo a tradição oral, explicitada por meio de contos populares. As telenovelas, *Cabocla* e *Sinhá Moça*, exibidas por uma emissora de televisão também retrataram o assunto de forma ilustrativa.

Tanto Jeca Tatu quanto Jeca Tatuzinho, e a permanência desta caricatura em Chico Bento, nos remetem a pensar que há uma representação do caipira no imaginário brasileiro que sobrevive, com todos os elementos que isso comporta, tal como a linguagem, a tendência da identidade é a fixação na construção de símbolos nacionais, assim, a forma do falar e todas as atribuições impostas ao caipira acaba esclarecendo o termo normalidade que Silva (2003) apresentou como análise. Deste modo:

No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedith Anderson chamou de “comunidades imaginárias”. Na medida em que não existe nenhuma “comunidade natural” em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam “ligar” pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” de terem qualquer coisa em comum (SILVA, 2003, p. 85).

Dentro destas referências sobre comunidades imaginárias e a necessidade de se criar laços e atribuí-los a uma ligação podemos aproveitar aqui da discussão iniciada por Bosi e realçada por Enid Yatsuda sobre o termo “mamelucos” que,

segundo ela, a forma de pensar o homem do campo, como portador de uma natureza preguiçosa e fora dos padrões civilizatórios, derivou-se do encontro étnico-cultural entre europeus e indígenas tendo como resultado o surgimento dos mamelucos o que dava direitos do senhor europeu perante a índia escrava. Assim,

Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, submissão do colonizado – passada a fazer do emprego da força -, é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: é dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiramente cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atribuído cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim o nativo torna-se, por natureza, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujo, violento, usando um falar rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura (BOSI *apud* YATSUDA, 1992, p. 104).

Os mitos fundadores que tendem a fixar as identidades nacionais são exemplos de uma essência cultural socialmente construída. Entretanto, tal identidade esta se baseia em argumentos biológicos e uma persistência de fixar como algo natural e puro sendo posta como atributo para demonstrar uma superioridade do colonizador sobre os colonizados. As diferenças entre nacionalidades, etnias e raças destacam o problema em conceber uma identidade separadamente baseado em fatores genéticos, tais diferenças apontam para uma suposta pureza dos grupos. A identidade que se concretiza deste hibridismo não são de fato identidades originais, embora haja traços semelhantes (SILVA, 2003) e como foi destacado na citação de Yatsuda anteriormente.

Da concepção dos Clássicos

Assim, é possível observar nas análises feitas nos anos de 1948 e 1954 por Antonio Candido (2010) sobre os meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), é apresentado observações de descrições das várias representações do que vem a ser o caipira, inicialmente discutidas por Cornélio Pires (1921)³. Segundo Candido, Cornélio Pires elaborou significados levando em

³ Cornélio Pires ofereceu um material de grande importância, a obra “Conversas ao pé do Fogo” (1921) procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova

conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época. Devido tais elaborações, ressalta sua importância e o aprofundamento no tema destacando a importância de Cornélio Pires nos estudos sobre o caipira, segundo Antonio Candido. Portanto,

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar acaipiramento, ou acaipiração, e que os investigou de fato num conjunto bastante homogêneo (CANDIDO, 2010, p. 27).

Dentro destas variadas questões e que levantam indagações a respeito da possível elucidação biológica da ascendência do homem do campo também esta associado à disponibilidade de terras, tal questão, seja em razão de situações favoráveis, nas quais o homem do campo dispõe de terras razoavelmente produtivas, ou em situações difíceis, quando mesmo possuindo um pequeno pedaço de terra, próprio ou apossado, vive para garantir a subsistência. Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às margens da história, como lembra Antonio Candido (2010, p. 102). Com esta herança econômica, social e cultural, a identidade caipira carrega as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, constituindo justificativas para um suposto sucesso pelo trabalho racionalizado no campo voltado para o mercado, ou sendo responsabilizado por um suposto baixo nível de vida devido a inadaptação das condições do mundo urbano.

perspectiva na estrutura da vida do campo da época sem deixar de lado a identidade, visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, também inspirou-se no poema “O Poema da raça caipira” (1953) de Alberto Rovai fazendo referência a expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, um dos percussores a conseguir que a indústria musical brasileira lançasse discos com músicas do gênero caipira, possível até de dizer que ele foi uns dos criadores da música sertaneja. A importância das suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações, e é citado, nos estudos de Antonio Candido e Carlos Rodrigues Brandão.

Os bairros rurais como memória histórica, o morador do campo como sujeito.

Para Walter Benjamin (2012) não podemos ser espectadores do determinado objeto de estudo, o escritor consciente das condições da produção possibilita o ensinamento de algo pelo seu trabalho com a colaboração dos leitores e espectadores, a importância da reflexão sobre a posição do escritor de qualquer processo tendo o ato de contar algo guiado pela razão e pela prática. A experiência de narrar está cada vez mais rara juntamente com as dificuldades de contar, ouvir e narrar uma história. Intercambiar experiências é a fonte de todos os narradores, o contar de boca a boca faz da narrativa (sem se distinguir da história oral) elemento essencial para o entendimento de um povo, contudo, o narrador só se torna plenamente tangível se tiver presente no contexto, escutando com prazer histórias e tradições de vida, bem como lembra Walter Benjamin na obra “Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura” (2012, p.141- 144).

Ainda segundo Benjamin, o ato de contar histórias sempre foi a arte de contá-las sem perder sua continuidade conservada por alguém, “ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história” a narrativa que floresceu no campo, no mar e na cidade, ela mesma é a forma artesanal de comunicação, sua função não é transmitir somente uma informação ou um relatório, mas de mergulhar o narrador na vida contada para em seguida se retirar-se dela. A memória é a faculdade épica por excelência, ela abrange e permite apropriação das coisas, porém, para o narrador mesmo com o choque de experiência e a morte não representam um impedimento, mas de conseguir englobar uma experiência coletiva (2012, p. 232).

As experiências de cada um são autênticas, a cultura de um grupo perpassa pelas memórias culturais de cada indivíduo mesmo que este seja moldado pelo meio social que os rodeia, o ato de pensar jamais deixará de ser pessoal. Portanto, segundo José Carlos Sebe Meihy no livro “Manual da História Oral” (2002):

Toda a narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, todas às vezes reditas carregam diferentes significativas [...]. A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas

dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento (2002, p. 50 e 51).

Do vínculo do passado se extrai a força para a formação da identidade, mais do que documentos, o tempo não é homogêneo e a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. Compreender como foi construída a narrativa do homem do campo pela literatura ao longo dos anos evidencia elementos para as análises sobre em quais condições foi tecido a identidade do morador do campo e quais consequências desta identidade construída trouxeram para estes moradores (BOSI, 2004).

Mesmo com um objeto de estudo (no caso aqui os moradores do bairro rural Taquaruçuzinho) ainda não possuindo fontes históricas escritas, podemos elaborar a história da localidade pelo tempo presente e vivo da memória dos moradores juntamente com diversos documentos e pesquisas de outros bairros rurais para assim, organizar de fato a construção histórica. Ecléa Bosi nos orienta nesta questão quando coloca que:

Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção “é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais”./ A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa./ Marguerite Yourcenar confessou que só conseguia recompor o passado com um pé na erudição e outro na magia. Mas sem enveredar por esse caminho, poderemos empregar uma expressão como “sensibilidade diacrônica”, o que deve ter o cientista que, além de observar o jogo sincrônico das oposições, procura nos fenômenos a sucessão e o devir (BOSI, 2004, p. 20).

Os caminhos percorridos também pela ótica da Antropologia, sobre as diversas manifestações do que vem a ser uma identidade social, deriva das relações sociais que segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2006), as pesquisas sobre esta ótica e também pela Sociologia, permitem reflexões sobre o indivíduo socializado, membro de uma comunidade que carrega um sentido sociocultural. De tal modo, a reflexão das identidades e o Eu, frente ao mundo socializado, carrega elementos de identidades sociais e morais, esta última enquanto parte do sistema cultural (OLIVEIRA, 2006, p. 59- 61).

Logo, análises neste sentido, pelas investigações antropológicas e sociológicas, demonstram que o processo de identificação está mais condicionada ao grupo que

envolve o indivíduo do que pelas “fontes” originais. Em outro texto, de Roberto Cardoso de Oliveira, o argumento para a compreensão de uma identidade remete:

A associação das duas palavras, sintetizada numa única expressão, “(des)caminhos”, sugere a direção que desejo dar, nesta exposição, aquilo que entendo como sendo o ponto estratégico sobre o qual o estudioso melhor poderá fixar a sua atenção em sua tentativa de elucidar a identidade como um objeto de investigação antropológica ou sociológica. Este ponto estratégico é precisamente o oposto do “ponto cego”, isto é, aquele lugar que não nos é permitido visualizar pelo espelho retrovisor do automóvel. Claro que trazer essa imagem tão cotidiana e trivial não é um desses recursos correntes utilizados por alguns importantes filósofos britânicos ao lançarem mão de historietas – como bem ironiza Geertz- para ilustrar suas reflexões. Para mim, neste momento, a imagem só se explica – e aplica – pelo fato de ter sido ela que me levou a questionar sobre como melhor enxergar ou visualizar esse fenômeno sociocultural que denominamos identidade quando ele esta escondido, escamoteado, não só ao olhar do homem da rua mas também – e muitas vezes- ao olhar sofisticado do antropólogo, sociólogo ou do cientista político. E ao aduzir ao termo identidade a expressão “sociocultural” já estou indicando que iremos examinar um fenômeno cuja inteligibilidade requer contextualiza-lo no interior das sociedades que o abrigam (OLIVEIRA, 2000, p. 7 e 8).

Portanto, para elucidar as observações feitas até aqui sobre as variadas formas da compreensão da identidade terão exemplificações pesquisas de campo já realizadas em outros bairros rurais a fim de auxiliar no suporte teórico apresentado.

A permanência da memória histórica dos bairros rurais e as variadas perspectivas de identidade caipira precisam estar presentes no universo das pesquisas no meio rural brasileiro, levando em consideração a semelhança do modo de vida do sitiante em todo o território nacional. Segundo Lia Freitas Garcia Fukui (1979, p. 82-83) onde se encontra maior proporção de monocultura de exportação a similaridade e diferenças destes moradores tem se assinalado em áreas próximas a centros urbanos e áreas relativamente isoladas. Pesquisas realizadas nas áreas de sítios no Sul e outras de criação de gado no Nordeste demonstraram que ao meio de vida, embora a forma de organização seja a mesma, a diferenciação ocorre com a penetração de novas formas de produção devido a expansão econômica capitalista no campo. Estudos que utilizam as pesquisas no universo rural precisam levar em consideração as hipóteses em relação às crises econômicas e socioeconômicas que resultam no esvaziamento do meio rural e as peculiaridades que levam sitiantes ao franco progresso e equilíbrio socioeconômico no campo. Dentre este ultimo Fukui destaca o estudo no município de Santa Brígida, no Sertão da Bahia, que conseguiu

conciliar as atividades tipicamente tradicionais e novas formas de comportamento sem que ocorresse a desorganização social (FUKUI,1979).

Para Antonio Candido (2010) os níveis de vida e o equilíbrio social dependem da necessidade e da satisfação, em situações de crise desses aparecem como dificuldade ou a impossibilidade de estabelecer soluções. Para organizar e desenvolver o equilíbrio social consistiria na descoberta de soluções que permitem explorar o meio físico para obter recursos de subsistência, até mesmo outra organização compatível a ela. Tal equilíbrio social precisa levar em conta a equação de manter elementos necessários para subsistência, o instável e o estável, satisfatório e o insatisfatório (CANDIDO, 2010).

Candido sinaliza que para a compreensão destes fenômenos estruturais é preciso ter em mente que certas culturas resolvem de maneira satisfatória os problemas de ajuste ao meio e de transformações sociais do que outras. Para o autor, o que leva a designação em outras culturas do equilíbrio mínimo e técnicas rudimentares de organização que está mais relacionado a níveis sociais do que de fato o conceito. Comparadas a outras sociedades complexas e com uma diversificação de grupos sociais, os exemplos utilizados para ilustrar tal questionamento foram de povos “marginais” da Patagônia e da Terra do Fogo sendo o mesmo meio de vida dos nômades sirionós e dos nambiquaras (CANDIDO, 2010).

Fernandes (1971) produziu uma pesquisa realizada no município de Limeira (SP) chamando a atenção para presença sólida de laços de interação entre os habitantes do bairro rural e a organização social estruturada, bairro do qual majoritariamente de descendentes de alemães. De fato, como destaca Fernandes, o bairro a priori já constitui uma base tradicionalmente arraigada na cultura alemã trazida aqui pelos antepassados, nítidos traços étnicos e laços religiosos, de parentesco e compadrio que sinaliza um dos primeiros questionamentos sobre um fenômeno em decadência da ligação duradoura do homem e a terra (FERNANDES, 1971).

Fernandes ainda destaca, no período pesquisado, como era dada a organização deste bairro, duas igrejas, ambas, de culto protestante e a mais antiga ligada ao protestantismo alemão, igreja da qual, foi a primeira a ser construída em regime de mutirão. A escola construída da mesma forma que as igrejas, porém,

apresentava péssimas condições de manutenção e instalação e contava com professoras vindas do município de Limeira. A venda⁴ também demonstrava destaque oferecendo serviços que aumentava a sua função de centralizadora, serviços tais como necessidades sociais até instrumentos agrícolas (FERNANDES, 1971).

O “habitat rural” perpassa pelo eixo natural do vale do ribeirão de Ferraz que, como bem como lembra a autora, no período da colonização antiga os vales fluviais estavam alinhados aos lotes dos colonos. Deste modo, o bairro dos Pires localiza-se também no eixo fluvial evitando distâncias e favorecendo a união das propriedades que obedecia a acordos de posse de cada colono não havendo diferenças entre si. Contudo, o cenário passa por modificações quando a subdivisão hereditária e outros fatores começam a influenciar no que diz respeito à extensão das propriedades, a presença dos filhos casados que continuam trabalhando, tais mudanças no “habitat rural” favorecem o aparecimento de pequenos grupos de casas dentro da mesma propriedade ou as chamadas propriedades parceladas (FERNANDES, 1971).

Assim, as observações feitas no bairro dos Pires nos oferecem elementos para refletir sobre a dispersão e as modificações nas propriedades, bem como a permanência dos contatos sociais dentro do bairro rural citadas por Liliana L. Fernandes. Em relação a estrutura agrária, a autora destaca a tabulação de dados referentes a extensão, número de propriedades e área ocupada no território que abrange o bairro do Pires, nesta tabela o número de propriedades chega a 67 contabilizando e divididos numa extensão de 650 alqueires. Evidenciam-se nestes números, segundo a autora, que 58,2% são propriedades formadas por uma só gleba⁵ e outros 28% espalhados por outros bairros de Pinhal, Frades e Brejo e a exploração indireta, arrendamento e divisão do uso da terra constitui 7,3%. As propriedades parceladas referem-se a proprietários que obtém de dois a três lotes espalhados por estes bairros, referindo-se também a situações como a de casamentos e a subdivisão hereditária destes lotes. Do mesmo modo, tornaram-se corriqueiros casos de compra e venda de propriedades, que na qual, o período

⁴ Termo utilizado principalmente em áreas rurais para designar um pequeno mercado onde comercializa produtos alimentícios até produtos de para a lavoura.

⁵ Termo usado para se referir a terreno próprio para culturas (AURÉLIO, 1993, p. 274).

estudado pela autora, a partir de 1960, já era bastante comum em famílias pouco numerosas influenciarem os filhos a permanecerem na propriedade mesmo depois de casados, evitando assim, o retalhamento e os problemas relacionados à mão-de-obra e que, com estas cautelas, iria garantir assim condições para uma vida futuramente segura (FERNANDES, 1971).

Segundo L.L Fernandes (1971), a organização econômica do cultivo constitui a sua maior parcela para a monocultura, a produção de laranja fica com 70% á 80% da superfície plantada e as outras culturas ficam no plano secundário e os fundos de vales com pastagens naturais, estas, das quais, são destinadas para criação de animais domésticos. Toda a área é organizada próxima a casa para atender as necessidades do proprietário. Deste modo, a permanência e o predomínio da pequena e média propriedade constitui a base da fixação do homem a terra (FERNANDES, 1971).

Em outra pesquisa de campo sobre bairros rurais no município de Mogi Mirim (SP) realizado por Rodrigues (2009), sobre a construção e apropriação do espaço sustentado pelo embasamento religioso que fica a oeste do município de Mogi Mirim. A industrialização na região do município de Mogi, mais o município vizinho Moji Guaçu, contando com indústrias multinacionais que apresenta grande relevância na agricultura, estimulando assim a produção de milho, como lavoura temporária, para abastecer a matéria-prima para tais indústrias, e a lavoura permanente que é abastecido pelo cultivo de laranja para a produção industrial do suco de laranja que abrange também para os municípios circunvizinhos Limeira e Conchal (RODRIGUES, 2009).

Considerações finais

Assim, sob os diversos olhares das pesquisas citadas podemos observar que o trabalho de campo nas regiões rurais, juntamente com a história oral constituem elementos fundamentais para a compreensão das permanentes memórias coletivas sobre o morador das áreas rurais quanto sua identidade.

No trabalho de campo realizado constatamos que o bairro rural não possui fontes históricas escritas e para isto, se valer de outras pesquisas de bairros rurais para organizar a construção histórica. A elaboração da história de uma localidade

perpassa pelo tempo presente vivo nas memórias. A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa. Assim, segundo Ecléa Bosi, poderemos empregar uma expressão como “sensibilidade diacrônica”, o que deve ter o cientista que, além de observar o jogo sincrônico das oposições, procura nos fenômenos a sucessão e o devir (BOSI, 2004).

Podemos observar também, que as primeiras pesquisas sobre o universo rural possibilitou um amplo olhar sobre as novas perspectivas, desde a utilização das entrevistas como método de construir a historiográfica da região estudada, bem como a compreensão dos mecanismos de resistência dos moradores rurais na questão que envolve tanto identidades como saberes e influências religiosas.

Portanto, vemos que ainda persistem organizações dos bairros rurais e formas diferenciadas de construção da história e da identidade dos seus moradores. A monocultura crescente nas áreas rurais ainda não conseguiu inibir totalmente as constituições sociais e econômicas dos moradores rurais destas regiões. A persistência e maneiras de resistência diversificam e tecem maneiras de permanecer em meio ao avanço do agronegócio. A permanência da memória solidifica um caminho histórico que auxilia na compreensão das identidades presentes no meio rural.

Referências bibliográficas

ADUB, Katia Maria. *A ideia de São Paulo como formador do Brasil*. In FERREIRA, A.C (org.) *Encontros de História*. São Paulo. EDUNESP/FAPESP/ANPUH, 1999.

AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Editora Brasiliense. São Paulo. Obras Escolhidas volume I. 2012.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo. Ateliê Editorial. 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo. Brasiliense, 1983.

CAMPOS JUNIOR, Luis de Castro. *A interação entre a Cooperativa e o município de Cândido Mota. O Cooperativismo no Vale do Paranapanema- Estudo das cooperativas: Riograndense, agropecuária de Pedrinhas Paulista e Coopermota (1980-1995)*. Tese de Doutorado pela Faculdade de Ciências e Letras –UNESP-campus de Assis, mimeo, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro. Ed. Ouro sobre Azul. 2010.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Texto publicado nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto, 1997.

CARNEIRO, Maria José. *“Rural” como categoria de pensamento*. Ruris. Volume 2-nº 1. Páginas 10-38. Março de 2008.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. *“Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa”*. In: Sociedade e Cultura, v 10, n 1, jan/jun 2007, p. 45-59.

FERNANDES, Antonio Donizeti. *A aventura do risco entre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar*. 2002. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP- campus de Marília, mimeo. Marília/SP, 2002.

FERNANDES, Liliana Laganá. *O bairro rural dos Pires: estudo de geografia agrária*. – Trabalho de Mestrado. Departamento de Geografia – FFCL/ USP. São Paulo: USP/IG, 1971.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertões e Bairro Rural (parentesco e Família entre sítiantes tradicionais)*. São Paulo. Editora Ática. 1979.

MACHADO, Júlio. *Dimensões do Processo histórico de desenvolvimento econômico do primeiro cinquentenário do Município de Assis (1905-1955)*. São Paulo. O Autor, 2005.

MARTINS, José de Souza. *A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 6. Universidade de São Paulo. São Paulo 1969.

MARTINS, José de Souza. *A luta pela terra*. Ed. Paulus. São Paulo, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual da História Oral*. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. In: NOVAIS, Fernando. *História da Vida Privada no*

Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDRAS, Henri. *Sociologia Rural*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.

MILLIE, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. HUCITEC. São Paulo, 1982.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1994.

MÜLLER, Nice Lecocq. *Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo*. Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia e Letras. Departamento de Geografia. Boletim 132; Geografia nº7. São Paulo, 1951.

NETTO, Sandra de Lima. *Cândido Mota (SP): memória e futuro de um cenário ArtDeco*. 1999. Dissertação de Mestrado na área das artes visuais pela Universidade Estadual Paulista Instituto de Artes, mimeo, São Paulo, 1999.

OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. *O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, mimeo, São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo. Ed. Unesp. Brasília. 2006

PARRILLA, Aline Franciele. *Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)*. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo*. Ed. Nacional. São Paulo, 1927.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, p.200- 212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Campesinato Brasileiro. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. 2ª edição. Vozes. Petrópolis, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros Rurais Paulistas. Dinâmica das relações bairro rural-cidade*. Ed. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1973.

REIS, Jussara Christina dos. “A gente é nascido e criado aqui”. *Memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista- SP*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP – campus de Marília. Mimeo. Marília/SP, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 14ª Ed. Record. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

ILVA, José Graziano da. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Estudos avançados, v.15 n. 34. São Paulo, set./dez, 2001.

ILVA, José Graziano da. *O Novo rural brasileiro*. Publicado na revista Nova economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, mai. 1997.

ILVA, José Graziano da. *O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário*. São Paulo em Perspectiva, 10(2), 1996.

SILVA, Luciana Meire. *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SILVA, Sergio. *A expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Editora Alfa Omega. São Paulo, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 2003.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Dissertação de Doutorado pelo Departamento de Geografia Humana –FFCH-USP, mimeo, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

VEIGA, José Eli. *A Dimensão rural do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 12, n.1, p.71-94, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

YATSUDA, Enid. O Caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. Editora Ática, São Paulo, 1987.

Recebido em: 06 de set. 2019.

Aprovado em: 20 de out. 2020

Como citar este texto:

SILVA, Carla Julião da. A memória como permanência de identidades do caipira paulista - alguns apontamentos. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v.9, n. 2, p. 02-21, Ago./dez. 2020.